

PROJETO MICROBACIAS 3

ANEXO

Etnodesenvolvimento para as Populações Indígenas
Bernardete Panceri, Geraldo Buogo e Rose Mary Gerber

Florianópolis, outubro de 2009.

Sumário

	Página
1. Introdução.....	3
2. Populações Indígenas.....	4
3. Estrutura Legal.....	9
4. Estrutura Institucional.....	10
5. Expectativas das Populações Indígenas.....	12
6. Participação dos Indígenas no Microbacias 3.....	16
7. Princípios Metodológicos.....	18
8. Monitoramento e Avaliação	19
9. Considerações Finais.....	20
10. Referências Bibliográficas.....	21
11. Tabela.....	22

1. Resumo Executivo

2. Introdução

O Projeto Prapem/Microbacias 2 proporcionou a elaboração e execução, pela primeira vez, de uma estratégia específica com as populações indígenas de Santa Catarina como política pública da Agricultura. Esta experiência vivenciada trouxe aprendizados importantes, tanto por parte das instituições como por parte da população indígena do estado. A estratégia para populações indígenas aqui, apresentada para o Programa Santa Catarina Rural/Microbacias 3, se volta para a continuidade de ações em melhoria das condições de uso e manejo de recursos ambientais e da redução da pobreza, na perspectiva da conservação e gestão ambiental, aliado à busca pela melhoria de renda. Foram incorporadas as sugestões e críticas da população indígena levantadas no Seminário Estadual de Consulta aos Povos Indígenas de 08 de maio de 2008.

A metodologia preconiza a participação em que os encaminhamentos propostos são processos em construção com as populações envolvidas, tendo a flexibilidade como pressuposto básico, sendo as ações previstas em três dimensões: social, econômica e ambiental.

O Microbacias 3, a exemplo de projetos que objetivam contribuir com o desenvolvimento sustentável das pequenas comunidades é uma das formas de relações interétnicas atuais que chegam às terras indígenas. Porém, para além do conceito de desenvolvimento sustentável, o Microbacias 3 embasa sua atuação no conceito de etnodesenvolvimento. Neste sentido, pinçamos Rocha (2008)¹, que em estudo realizado para avaliar a metodologia utilizada pelo Microbacias 2, cita Stavenhagen (1984), propositor do termo. Segundo este autor etnodesenvolvimento é

o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de 'progresso' no sentido usual do termo: [...] Na definição de Stavenhagen, 'o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses'. Ainda para este autor, os princípios básicos para o "etnodesenvolvimento" seriam: objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar

¹ Rocha, Cinthia Creatini da. Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina. Florianópolis: Microbacias 2, 2008.

conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (Stavenhagen 1984:57 *apud* Grünewald, 2003).

Ainda segundo Rocha (2008)², O etnodesenvolvimento é uma perspectiva intimamente ligada à administração de políticas públicas nas áreas indígenas. Portanto, há que se considerar os aspectos econômico, cultural, social e político. Grünewald coloca que 'de maneira mais ampla, este termo remete a um processo que visa à manutenção/transformação de uma sociedade indígena (etnia) ligada a determinada configuração produtiva autônoma (o que não quer dizer que independente de relações globais) e livre da imposição de sua determinação por parte do órgão indigenista ou de outros setores do indigenismo bem intencionados, mas muitas vezes impositivos de linhas de ação'. Assim, capacitação técnica e teórica das populações indígenas para lidar com a inevitável relação globalizada com o *mundo dos branco* são fundamentais para o estabelecimento da *crítica* a partir da própria sociedade indígena, sem condução do processo por agentes indigenistas exteriores, que devem se portar apenas como interlocutores aliados.

Alie-se a isso, o fato de que as populações consideradas diferenciadas, entre as quais as indígenas, têm suas especificidades, conforme observado e constatado durante a vivência do Microbacias 2. O etnodesenvolvimento pressupõe que as propostas considerem as peculiaridades de cada terra ou aldeia agregado às sugestões inovadoras para o desenvolvimento sustentado, conforme nos indicaram os indígenas, e para a busca de resolução de problemas. Nesta linha, a proposta aqui enfatiza o respeito à autodeterminação e as prioridades definidas por estas populações, às quais cabe o direcionamento e autonomia como atores centrais de seus processos de desenvolvimento.

Finalmente, a continuidade de um diálogo horizontal baseado no respeito mútuo é diretriz primeira desta proposta que objetiva, neste processo de continuidade, considerar os valores socioculturais e as formas tradicionais de organização bem como a representação efetiva e legítima de suas posições e demandas, respeitadas e acolhidas nas diversas instâncias do Projeto.

3. Populações Indígenas

A população indígena do Brasil conta atualmente com 563 mil índios, distribuídos em 220 etnias que fala cerca de 180 línguas, perfazendo aproximadamente 0,25% da população do País. As terras, já reconhecidas, correspondem a 13% do território brasileiro ou 110.397.105 ha. Destes, em torno de 43 mil habitam a região Sul e 8.751 vivem em Santa

² Idem.

Catarina, onde subsistem remanescentes dos povos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani. Os povos da etnia Guarani se dividem em dois subgrupos: Mbyá e Nandeva (ou Chiripá). Ambos falam a língua Guarani e pertencem à família lingüística Tupi-Guarani e ao tronco lingüístico Tupi. Os Kaingang e os Xokleng pertencem ao ramo meridional da família lingüística Macro-Jê. Uma característica em comum entre estas três etnias é a de que todas se definiam tradicionalmente como povos da floresta e têm sua cultura e organização social e econômica, fortemente vinculadas aos produtos da floresta subtropical Atlântica.

Historicamente, a relação das populações indígenas com a sociedade envolvente foi tensa e baseada em desconhecimento sobre as possíveis distintas formas de ver, viver e se inserir no planeta. Desta forma, há necessidade, segundo o Professor Silvio Coelho dos Santos (2004) de criar mecanismos de convivência mais adequados do que há hoje em estados pluriétnicos. No Brasil e em Santa Catarina, precisamos ter várias soluções para trabalhar com a diversidade, haja vista que, ao falar de grupos indígenas, temos que pensar que são povos espalhados por territórios. É preciso entender as diferentes situações, ter conhecimento de cada caso para poder trabalhar nestes distintos contextos.

No caso catarinense, o Microbacias 2, ao perceber esta realidade, optou por manter associações separadas para indígenas e não indígenas frente ao fato de verificar que não havia condições para trabalhar conjuntamente devido ao forte preconceito dos segundos em relação aos primeiros.

Em relação às formas de viver das populações indígenas de Santa Catarina, continuam sobrevivendo em uma situação fundiária variável, com terras que estão regularizadas, sendo revisadas ou com possibilidade de vir a ser identificadas. Suas atividades econômicas incluem extrativismo, agricultura de subsistência com alguns itens orientados para o mercado, além de venda do artesanato, trabalho agrícola temporário, cargos no funcionalismo público com funções dentro das aldeias, como agentes de saúde, professores, merendeiras. Esse quadro advém de um processo histórico de exclusão social compartilhado com populações rurais que enfrentam um alto nível de pobreza e, em alguns casos, significativa degradação dos recursos naturais.

No que concerne à luta política destas populações, a Constituição Federal de 1988 deu um respaldo à mesma, incluindo o direito a sua autodeterminação quando no seu artigo 231 diz: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Ou seja, rompe com a tutela e a idéia de que são cidadãos incapazes de assumirem um projeto de vida conforme suas especificidades culturais. Neste sentido, Guarani, Kaingang e Xokleng se reconhecem como pertencentes a grupos diferentes, mas que constituem as populações indígenas de Santa Catarina. Querem preservar o direito de ser indígena, continuar a falar suas línguas, a pensar o mundo a partir de sua cultura e de sua cosmovisão, utilizando os saberes e fazeres³ dos quais são tradicionalmente depositários.

³ De Certeau, Michael. A invenção do cotidiano.

Povo Kaingang⁴

Os Kaingang, do tronco lingüístico macro-jê, ocupavam há séculos toda a região central e oeste dos estados de São Paulo e, principalmente, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As referências históricas surgem no século XVI na faixa litorânea entre Angra dos Reis e Cananéia. Atualmente há uma grande concentração de Terras Indígenas Kaingang nas regiões oeste catarinense, norte e noroeste do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná.

O faccionalismo e seus desdobramentos (cisões, migrações, guerras) – fenômeno comum nas sociedades tribais – sempre existiu entre os Kaingang. Zelam pela instituição da ordem, em que sempre deve ter uma articulação institucional interna, como política, religiosa, etc. É uma sociedade de metades, dividida em dois tipos: riscados e pintados, kamé e kairu.

A cultura Kaingang como todas as culturas, mudou em decorrência dos processos históricos. As diferentes transformações sofridas pelo avanço da modernidade provocaram a simultaneidade de realidades culturais que passaram a se desenvolver paralelamente. Por um lado, estas mudanças se deram através do usufruto dos benefícios das inovações tecnológicas, bem como pela convivência com novos valores e, por outro lado, partiram do interior da sociedade indígena (Almeida, apud Rocha, 2008). Mas, diante de tudo isso, na perspectiva Kaingang, eles mantiveram parte de seus costumes tradicionais que, somados aos novos padrões introduzidos e/ou inventados após o contato, constituem a cultura dos Kaingang contemporâneos (Tommasino, apud Rocha, 2008).

A partir de 1980 teve início um processo efetivo de retomada de terras indígenas na região Oeste de Santa Catarina. A terra indígena Kaingang reconhecida pelo Estado até 1986, era a T.I. Xapecó que foi demarcada em 1902. Possui 15.623 hectares e abriga cerca de 5.000 indígenas. Em torno de 20% dessa população fala a língua indígena e se identifica com aspectos da cultura tradicional. Há, neste contexto, uma forte interação política e econômica com as comunidades locais, sendo que as lideranças se inserem em processos partidários de Ipuauçu e de Entre Rios.

A Terra Indígena Chimbanguê I, com 988, 66 hectares, abriga uma população de, aproximadamente, 80 indivíduos; Chimbanguê II tem 975 hectares e cerca de 400 habitantes. As duas são áreas contíguas, sendo que de seus habitantes, poucos falam a língua indígena e a maioria tem um modo de vida pouco influenciado por valores da cultura tradicional. Sua inserção no contexto local é marcada por conflitos com as comunidades vizinhas advindos das tensões inerentes ao processo de retomada de terra.

A Terra Indígena Toldo Pinhal, com 880, 07 hectares, abriga uma população de cerca de 140 indígenas. Como nas outras duas áreas, a língua indígena é pouco falada. A Terra

⁴ As informações referentes aos povos indígenas foram retiradas do estudo contratado pelo Microbacias 2, feito por Cinthia Creatini da Rocha, 2008, da Estratégia para Populações Indígenas, 2002, de palestras proferidas por Ricardo Cid Fernandes, Flavio Wiik e Maria Dorothea Post Darella (2004).

Indígena Toldo Imbu está identificada, tem uma área de 1.965 hectares e uma população de 135 habitantes.

A Aldeia Condá tem uma área de 2.300,23 hectares com 420 habitantes, divididos em duas localidades: Gramadinho e Praia Bonita. Apresentam uma característica particularmente diferente, pois, ao longo das décadas, acompanharam o crescimento da cidade de Chapecó, convivendo constantemente com a cidade, mas continuando a considerá-la como seu território tradicional e, principalmente, mantendo crenças e práticas estreitamente relacionadas à tradição indígena. Ao mesmo tempo não eram considerados pela cidade, como e não existissem. Diferentemente das outras comunidades, não costumam trabalhar como diaristas para os agricultores da vizinhança e o cultivo da terra também é pouco praticado entre eles, constituindo o artesanato, feito com taquara e outras fibras vegetais, a base da atividade produtiva da comunidade. Sua percepção ambiental destaca o envenenamento dos rios e a redução do número de animais para caça, o que é fonte de preocupação e de insatisfação.

Povo Xokleng

A resistência deste povo é voltada à sobrevivência a partir da manutenção da sua identidade. São hábeis, inteligentes e articuladores, sabem que não dá mais para manter certas atitudes frente ao quadro atual. A resistência está em constante modificação, havendo estratégias de auto-gestão hoje, como a confecção de artesanato e a produção de mel de abelhas como formas de manter a identidade.

Para melhor se compreender este povo, há que se considerar o sistema de parentesco e os sistemas de trabalho, além do faccionalismo político que assegura duas coisas: uma, que determinado grupo não esteja no poder por muito tempo, e outra, que ninguém pode ter muito mais que o outro. É uma idéia de constante trânsito e uma dinâmica própria daquela sociedade de minar a perpetuação de determinada oligarquia no poder. Tem sempre uma oposição ao grupo que está no poder.

Antes do contato sistemático com os não indígenas, os Xokleng eram nômades, vivendo da caça e da coleta do pinhão, não tinham acampamentos fixos e, portanto, não cultivavam a terra. Contatados desde a década de 1910, a maioria dos Xokleng de Santa Catarina (1.557 de acordo com a FUNAI, 2009) vive na Terra Indígena LãKlanõ que conta com 37.108 hectares e está situada no Alto Vale do Itajaí, principalmente nos municípios de José Boiteux e Vitor Meireles. Tem que se levar em conta atualmente as áreas de domínio coletivo (caça e pesca) e as de domínio familiar (roça). Internamente, na Terra Indígena LãKlanõ há diferenças entre os próprios grupos que a constitui, além de uma mistura, pois ali vivem, além do povo Xokleng, Guarani, Kaingang e Xokleng.

Existe outro pequeno grupo de remanescentes dos Xokleng que vive em de Rio dos Pardos, composto por cerca de 24 pessoas na área da Terra Indígena Rio dos Pardos, no Planalto Norte, município de Matos Costa. Foi identificada em 1992 e demarcada em 1998, com 758

hectares. Ainda existem famílias Xokleng que vivem nas periferias das cidades de Blumenau, Joinville e Itajaí.

Em relação à organização social, econômica e política dos Xokleng da Terra Indígena LãKlanõ sofreu maior transformação a partir dos anos 1970 com a construção da Barragem Norte que objetivava conter as enchentes nas cidades industriais do Baixo Vale do Itajaí, como Blumenau. O lago de contenção formado inundou cerca de 900 hectares das terras mais planas e agricultáveis da área e os Xokleng tiveram que se mudar para as partes altas onde a mata era virgem e de onde não sabiam tirar o sustento. Intensificou-se com isto a exploração da madeira, a área foi loteada entre famílias nucleares em "frentes" de exploração delimitadas, a agricultura foi abandonada, a caça tornou-se rara e iniciou-se um longo processo, ainda não concluído, de luta pela indenização das áreas inundadas.

Em decorrência da extração da madeira e da divisão da terra em "frentes", a maior parte dos domicílios abriga famílias nucleares, mas eles estão tão próximos uns dos outros que formam micro-aldeias, denominadas pelos nomes das famílias extensas que as constituem. Estas famílias extensas constituem a base de sustentação política das lideranças democraticamente eleitas (um cacique e um vice-cacique) de cada uma das sete aldeias que existem na área. Em termos de organização política, há também um cacique-presidente, que representa e dá a unidade aos Xokleng perante as instituições com as quais estabelecem relações políticas.

A língua xokleng, como um símbolo político muito forte ligado à idéia de fonte de poder e da construção de uma identidade étnica positiva, tornou-se o idioma que os índios gostam de falar em público. Apesar das imposições e receios dos líderes da Assembléia de Deus, os mitos Xokleng continuam a ser contados e recontados, foram escritos em cartilhas e transmitidos para as crianças. Ademais, cresce continuamente o número de índios que adota do termo "Laklanõ" – "gente do sol" ou "gente ligeira" – como sua autodenominação e denominação do seu território, tanto é que, para o Microbacias 2 a Terra foi denominada pelos Xokleng, e sempre tratada como Terra Indígena LãKlanõ, ao invés de Duque de Caxias ou Ibirama.

Povo Guarani

O povo Guarani pertence à família Tupi-Guarani do tronco lingüístico Tupi. Na América do Sul existem, atualmente, quatro grupos com dezenas de povoamentos que abrangem Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, dos quais três estão presentes no Brasil: os Kayova, os Chiripá (ou Ñandeva) e os Mbya. Forma a maior população indígena do Brasil, correspondendo a cerca de 35.000 indivíduos. Enquanto os Kayova estão concentrados em Mato Grosso do Sul, os Ñandeva e os Mbya se localizam nas regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul.

No Litoral Sul, as comunidades Mbya, que em todo o país somam cerca de 2.500 pessoas (7% da população Guarani) são maioria. Não há fronteira, não há delimitação. E aí entra o movimento, o deslocamento deste povo, seja por morte, casamento, mas também o movimento dentro da cultura. Se locomovem com idas e vindas num território que

reconhecem como deles, em que o oceano está à frente representando a *terra sem males*. Segundo eles, continuam sendo Guarani porque não revelam tudo para todos. Há silêncios, meias verdades, dissimulações no trabalho baseado na ética, tenacidade, paciência e cumplicidade entre as aldeias.

Em Santa Catarina, estão presentes desde a região litorânea até o extremo-oeste. Atualmente, há seis aldeias regularizadas na região litorânea: Aldeia Yynn Moroti Wherá, mais conhecida como M'Biguaçu, com uma área de 59 hectares e população de 134 habitantes; Aldeia Itanhe, com 216 hectares e 100 habitantes e Aldeia Kury'i, com 500 hectares e 60 habitantes, localizadas no município de Biguaçu. Aldeia Tekoá Marangatu, localizada no município de Imaruí, com 80 hectares e cerca de 120 habitantes. Em Morro dos Cavalos, com 1.988 hectares e população com cerca de 115 habitantes. Em Canelinha, a Aldeia Tava'i tem 195 hectares e conta com cerca de 15 habitantes. Além destas áreas, há outras ocupações guaranis que estão buscando o reconhecimento e a legalização de suas áreas.

O povo Guarani denomina tekoea a terra onde vive, que deve compreender três espaços fundamentais para a sua sobrevivência: aldeia, plantações e floresta. A terra é fundamental para os Guarani, pois, segundo o pesquisador Melià apud Litaiff, 2000, "a ecologia Guarani não se restringe à natureza, nem se define por seu valor exclusivamente produtivo. O tekoea significa e produz, ao mesmo tempo, relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida Guarani." A tekoea é o lugar onde se dão as condições para se desenvolver o teko, ou seja, a cultura, o modo de ser, o sistema, a lei, o comportamento, o hábito, o costume guarani.

A língua expressa o modo de um povo ver o mundo. A oralidade, a palavra, é o foco de comunicação em que a percepção é para o ouvido, para a fala, pois se tem que dar conta do mundo oralmente. Outro aspecto é o sonho, que é uma via da palavra oral importante para os Guarani, pois demonstra a força da experiência pessoal e grupal. Assim, após mais de 500 anos de contato intenso e arrasador com a sociedade não indígena, seguem falando a língua materna, preservando e desenvolvendo seus rituais religiosos e tradicionais.

No que diz respeito à agricultura, há uma complexidade inerente à mesma que hoje pode se denominar agroecossistema Guarani, item fundamental para este Povo. Os tempos são outros e há dificuldades imensas no sistema Guarani, sistema entendido como a maneira de ver, sentir e viver o mundo, os costumes, uma multiplicidade na unidade. Tem-se que considerar uma diversidade como solos, altitude, características ambientais, mobilidade, sementes verdadeiras passadas de geração em geração, que não são passíveis de comercialização, mas preconizam uma grande organização social, política, econômica, de reciprocidade e intercâmbio de sementes. Agricultura tem a ver com estado de espírito, saúde, transição de conhecimento, aprimoramento, sentimento, alegria. O milho tem uma importância fundamental para os Guarani, pois é considerada a planta que melhor absorve a luz solar. O amarelo, a cor do sol: filhos do sol. Portanto, há uma estreita relação entre agricultura e o modo de ser no mundo e a dieta alimentar é importante para se ter leveza.

A água é um elemento fundamental na cosmovisão Guarani, assim como o ar e o fogo, que aquece, reúne, esteriliza. Quanto ao tempo, há a utilização do calendário local, do

calendário lunar, em que a divisão do tempo se define por ano: ano novo e ano velho. A existência é um elo entre passado e futuro. O Leste, o Oceano Atlântico está à frente, ou seja, a imortalidade, a transcendência humana. Por isso, as casas cerimoniais são construídas para o leste: para alcançar a *terra sem males*.

3. Estrutura Legal

A Constituição Federal de 1988 marca uma ruptura com as políticas indigenistas anteriores de cunho marcadamente integracionista ao abolir os princípios da “tutela oficial” e da “integração à sociedade nacional” e ao reconhecer o direito das populações indígenas à conservação da diversidade de suas formas de organização social, línguas, costumes, crenças e tradições. Fornece uma base sólida para o reconhecimento pelo Estado-nação do direito de usufruto permanente e exclusivo pelas populações indígenas brasileiras dos recursos naturais (com exceção dos direitos sobre o subsolo) existentes em seus territórios.

O decreto nº 1.141/94 atribui a FUNAI, em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, a execução de programas de diagnóstico ambiental, recuperação de áreas degradadas, controle ambiental das atividades modificadoras do meio ambiente, educação ambiental envolvendo as comunidades indígenas e seus vizinhos; identificação e difusão de tecnologias adequadas ao manejo sustentado dos recursos naturais. Contudo, a FUNAI vem apresentando sérias limitações para cumprir suas atribuições como, por exemplo, um reduzido quadro de pessoal.

O Estatuto do Índio (1973), em processo de revisão, incorpora a definição das populações indígenas como relativamente incapazes para certos atos e para o exercício de seus direitos que estava contida no Código Civil Brasileiro (Lei 3.071/16). Também fornece diretrizes sobre o uso dos recursos naturais das terras indígenas, que, entretanto, nem sempre são seguidas. Tem havido um considerável debate, no Brasil, em relação à aprovação de um novo Estatuto dos Índios. Contudo, não foi ainda aprovado, continua a ser debatido e inclui propostas como o fim do estado de tutela e novas diretrizes sobre a utilização de recursos naturais.

4. Arranjos Institucionais

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SAR), responsável pela coordenação do Programa Santa Catarina Rural/Microbacias 3, conta com uma Secretaria Executiva Estadual (SEE), responsável pela implementação e acompanhamento do programa. A Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) vinculada a SAR, entidade governamental com maiores responsabilidades em relação à execução do SC Rural no que se refere à extensão rural e assistência técnica, capacitação, educação ambiental rural, pesquisa, geração de renda e redução da pobreza voltada à competitividade da agricultura familiar. A Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) assume a responsabilidade na fiscalização sanitária e defesa vegetal dos produtos da agricultura familiar, entidade governamental também ligada a SAR. Já a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDS) coordena as ações de Gestão Ambiental do Programa contando com a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) responsável pela implantação dos corredores ecológicos e com o Batalhão da

Polícia Militar Ambiental pela execução da fiscalização e ações em educação ambiental. A Secretaria de Turismo terá uma atribuição de integrar ações específicas de turismo rural e a Secretaria de Transporte e Obras com uma contribuição na parte de estradas vicinais rurais.

Na atuação junto às Populações Indígenas, a experiência da Epagri resulta da vivência durante o Microbacias 2 em que trabalhou em campo com estas populações. A continuidade do processo iniciado com o Microbacias 2, que prevê a flexibilidade como característica central na implementação do Projeto, é essencial para que as ações sejam bem sucedidas. Alie-se a isso, o estabelecimento de parcerias efetivas de colaboração com indígenas, instituições governamentais e não-governamentais com atuação junto a estas populações, bem como a integração interinstitucional entre as diversas executoras do projeto. As ações no campo, junto às populações indígenas, serão executadas pelas equipes de extensionistas da Epagri, onde a instituição se compromete em ampliar as equipes de trabalho nos municípios que atendem as populações indígenas. Dependendo da área e número de famílias será alocado um ou dois profissionais que serão qualificados para realizar o trabalho com estas populações. Serão em torno de onze profissionais distribuídos nos municípios para atender as 11 Terras Indígenas legalmente constituídas, sendo que destes, seis serão alocados no primeiro ano e cinco serão alocados no segundo ano de execução do projeto. As parcerias institucionais com Prefeituras Municipais, Universidades, ONGs, Banco do Brasil, entre outras, se constitui numa ferramenta fundamental para a implementação das ações propostas nos Planos das Terras Indígenas.

Diante disso, dentro da SEE – cujo organograma está descrito no anexo de Administração do programa - terá, um profissional específico para coordenar, supervisionar e monitorar as atividades em campo com as populações indígenas, de forma integrada com a Epagri, responsável pela ATER, e demais instituições parceiras. Poderá contar com uma equipe interdisciplinar para acompanhar as ações em campo, uma vez que a SEE é responsável pela integração e dinamização das instituições e das ações bem como do acompanhamento e avaliação em todas as fases de execução do projeto.

No que diz respeito ao nível federal, as instituições com maiores responsabilidades para o estabelecimento e a execução das políticas para povos indígenas são a FUNAI (Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça) e a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde). A FUNAI atua principalmente na gestão dos recursos ambientais, desenvolvimento de atividades produtivas e assistência técnica. A expectativa do Projeto quanto à parceria com a FUNAI é de que esta assistirá na coordenação das atividades propostas para as áreas indígenas como um agente facilitador da integração entre o trabalho que já vem sendo realizado por diferentes organizações e a proposta do Projeto, evitando a duplicidade de esforços.

A FUNASA, responsável pelos aspectos relativos à saúde, tem uma rede de agentes locais de saúde, constituindo uma base de processos participativos de tomada de decisão e de exercício de controle social sobre políticas públicas sobre a qual se poderá consolidar a estratégia participativa de ação proposta no Projeto. A expectativa de parceria com a FUNASA passa pela integração das ações a serem identificadas através dos processos de diagnóstico das realidades locais e de planejamento de ações por meio de consulta às populações indígenas.

Como entidade de ensino, pesquisa e extensão, há a atuação da Universidade Federal de Santa Catarina e do Museu Universitário Federal, que desenvolvem pesquisas junto a estas populações e têm conhecimento sobre cada povo. Existem também universidades estaduais que estão desenvolvendo atividades junto a estas populações. Há, desta forma, a expectativa de parceria com estes no sentido de assessorar e prestar consultorias em questões relacionadas às populações indígenas de Santa Catarina, em especial no que diz respeito ao processo de formação continuada dos técnicos, como nas pesquisas a serem viabilizadas a partir da demanda dos povos indígenas.

Em nível estadual, as instituições mais ligadas a ações junto às populações indígenas estão, o Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Desportos (SED) e o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN/SC), com sede na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. O trabalho que vem sendo feito através do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Desportos ocorre em parceria com a FUNAI através da qual o Estado mantém 32 escolas indígenas e um curso especial de formação de professores para atuarem nas mesmas. A experiência com o Microbacias 2 de produção de material didático específico para a educação indígena é um potencial que merece ter continuidade.

O Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN/SC) – criado pela Lei 11.266, de 16 de dezembro de 1999. É composto por vinte e quatro membros, sendo seis do Governo (Secretarias da Justiça, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Educação e Esportes, do Desenvolvimento Social e Família, do desenvolvimento Urbano e Meio ambiente e da Saúde), seis de Organizações Não Governamentais e doze representantes indígenas (quatro de cada povo). Tem como objetivos desenvolver, supervisionar e assistir a elaboração e implementação de políticas e ações indigenistas em nível estadual.

No âmbito não governamental um amplo conjunto de entidades desenvolvem trabalhos de pesquisa e assistência junto às populações indígenas de Santa Catarina, destacando-se, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário/afiliado à Igreja Católica), o COMIN (Conselho Missão Indígena/afiliado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil) e a CAPI (Comissão de Apoio aos Povos Indígenas/organizada por um grupo de professores universitários vinculados ao Museu Universitário da UFSC), cuja parceria passa por ações conjuntas nas áreas social e ambiental.

Todas estas instituições e entidades referidas são possíveis parceiras de trabalho e têm contribuições para se alcançar a interinstitucionalidade e interdisciplinaridade a qual o Projeto se propõe. As expectativas relacionadas a essas parcerias são a assessoria e orientação técnica e científica especializada para melhor lidar com as populações indígenas, a realização de pesquisas e estudos, o desenvolvimento de instrumentos específicos, bem como a alocação de recursos em ações propostas nos planos das Terras Indígenas e que não são cobertos pelos recursos do projeto. A finalização destes arranjos institucionais em relação a cada um dos povos, depende da continuidade do diálogo das agências executoras do Projeto com as instituições parceiras. Sem esquecer que as populações indígenas avaliaram no decorrer do Microbacias 2 que o exercício de parcerias precisa avançar muito

no que diz respeito a compatibilizar agendas e recursos visando não ter duplicidade de ações por um lado ou áreas sem atendimento, por outro.

5. Participação Indígena no Projeto

A) Participação durante a fase de preparação do novo projeto. Além de diálogo contínuo com os povos indígenas de Santa Catarina durante o projeto anterior (Microbacias 2; ver a parte sobre lições aprendidas), foi feita consultas prévias e informadas com representantes das comunidades indígenas sobre o novo projeto, em maio de 2008. Participaram deste evento, representantes de todos os grupos étnico do estado, 39 representantes indígenas entre Xokleng, Kaingang e Guarani (sendo 31 homens e 8 mulheres), 23 técnicos de EPAGRI e um de FUNAI. As consultas feitas junto às diferentes comunidades indígenas indicaram um nível de satisfação com o projeto anterior, uma receptividade para continuar sendo uma das populações beneficiados no novo programa, e recomendações sobre alguns tópicos para ser mais consolidados no Microbacias 3 para que se consiga dar continuidade e realizar ações nos próximos anos junto a estas populações. É importante enfatizar que as recomendações foram incorporadas nas diversas linhas de ação como ATER, Capacitação, Educação Ambiental, Pesquisa e Inovações, bem como no Fundo de Investimentos Sustentáveis.

B) Expectativas Indígenas Baseadas Nas Consultas Realizadas Durante Preparação. Além das preocupações básicas já citadas antes e durante o Microbacias 2 (incluindo questões fundiárias, condições de subsistência, obtenção de renda, deficiência de assistência técnica na área da produção agrícola, administração rural e gestão, recuperação ou preservação ambiental de suas terras, condições de habitação, bem como mecanismos de representação dos interesses de sua etnia, participação social e política dos grupos). As consultas em maio de 2008, destacaram recomendações específicas para melhorar a estratégia indígena em Microbacias 3, arroladas a seguir. Também foi enfatizada que apesar do progresso realizado nos últimos anos na regularização das terras indígenas em Santa Catarina (ver tabela 1), algumas terras indígenas estão afetadas por uma indefinição no que diz respeito à posse e ao uso das terras, o que traz insegurança em relação a ações junto a algumas comunidades. Um debate com as instituições que atuam com estas populações para direcionar uma ação efetiva, comprometida e co-gestionada é urgente e necessária; portanto, depende de FUNAI e esta fora de controle do projeto.

B.1 Melhoria das Parcerias. Um dos tópicos que as populações indígenas avalia que precisa avançar mais no novo projeto refere-se às **parcerias**, como já indicado anteriormente. Embora tenham ocorrido experiências positivas envolvendo diversos instituições e projetos em Microbacias 2, este é um exercício que ainda precisa melhorar, pois é necessário que as instituições planejem e discutam as ações em conjunto visando não sobrepor atividades. O grande desafio é conseguir realizar esta ação devido às diferenças que permeiam as distintas instituições em suas ações, calendários e liberação de recursos que, nem sempre se coadunam com os calendários das terras indígenas. Desta forma, sugeriram que o Projeto firme parcerias oficialmente como, por exemplo, junto às secretarias municipais de agricultura visando agilizar os cronogramas estabelecidos nas

terras indígenas, em especial os de plantio e cultivo para não ocorrer atrasos que venham a prejudicar a disponibilidade de alimentos nas distintas terras.

B.2 Mais Atenção á segurança alimentar. A **segurança alimentar** é outro item levantado por todas as terras indígenas, independente de tamanho ou situação. Continua sendo a mais urgente demanda, pois implica em ter alimento em quantidade e qualidade para suprir suas necessidades nutricionais. Tal ação exigirá um tempo para que os técnicos da área, extensionistas e pesquisadores que estão envolvidos, ou venham a se envolver, no trabalho possam buscar e dar respostas mais adequadas às realidades em que estas populações se encontram. “Nós queremos que os agrônomos nos ajudem a descobrir como produzir alimentos nestas terras!” Se o Projeto pretende falar em geração de renda e preservação ambiental, precisa primeiramente minimizar esta demanda considerando que, em função do processo histórico de contato, hoje a maioria das terras indígenas apresenta condições ambientais e espaciais precárias que inviabilizam o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades.

B.3 Fortalecimento da assistência técnica. A **assistência técnica** junto às terras indígenas é outra forte demanda. Estes povos, ao receber assistência técnica e extensão rural via Projeto Microbacias 2, avaliaram como uma ação interessante que contribuiu para encontrar meios visando o que denominam de sua *auto-sustentação*. Assim, é preciso planejar e definir como se dará o atendimento a estas populações diferenciadas, fazendo uma ação de contratação de profissionais, com perfil adequado⁵ e programar um calendário relativo ao processo de capacitação continuada junto aos mesmos. Embora as situações sejam específicas e devam ser atendidas de acordo com as peculiaridades de cada terra indígena, este é um tópico que exige uma ação: a) da Epagri, como empresa oficial de ATER de Santa Catarina, no sentido de viabilizar equipes junto aos municípios que tem populações indígenas, em especial em Chapecó, Ente Rios, Ipuacu e José Boiteux, que possuem as maiores populações; b) das Associações das Terras Indígenas, no sentido de exercitar a co-gestão, ao selecionar e exigir dos facilitadores o trabalho para o qual foram contratados. É necessário definir atividades, papéis e responsabilidades entre técnicos e indígenas.

B.4 Conceitos de Auto-gestão e Co-gestão. Outro tópico que exige mais empenho nas ações diz respeito ao que se denomina de **auto-gestão**. No que concerne aos indígenas, percebemos que eles têm uma forte auto-gestão interna no que diz respeito às suas formas

⁵ Segundo os indígenas, o perfil adequado de um técnico que vá atuar com eles implica em: iniciativa (respeitando a hierarquia e organização), comprometimento, “viver” o modo de ser indígena, presença constante na comunidade, habilidade para envolver lideranças, respeitar o tempo, o ritmo das populações indígenas, ser bom ouvinte: “não precisamos de gente que fale muito nem que diga o que devemos fazer”, ser disponível, dedicação exclusiva, aceitação “sincera” dos costumes indígenas, ser coerente nas “repetições necessárias” e nas ações, ser categórico nas afirmações: sim é sim, não é não, empatia com o modo de ser e agir do indígena, temperamento estável (autodomínio), formação em ciências agrárias, mas com sensibilidade para trabalhar com a cultura indígena; firmeza nas atitudes (ex: regras Microbacias 2), entender e conviver com os conflitos inter-aldeias e entre as terras indígenas e o entorno.

organizativas e nos dão lições de respeito à hierarquia interna. No entanto, quando é necessário negociar, reivindicar e discutir propostas com projetos ou instituições externas, alguns ainda se intimidam e demandam apoio dos técnicos como intermediários para elaborar e negociar nestas esferas. Entendemos que este tópico exige um tempo bem maior para que desenvolvam formas de negociação e parcerias frente à sociedade abrangente. Além disso, outro conceito que vem sendo usado é o de **co-gestão** que implica em ter bem claras as responsabilidades de técnicos e de populações trabalhadas; que há diferentes papéis, porém que o comprometimento precisa ser assumido em conjunto, com cada um cumprindo o que lhe diz respeito. Co-gestão sugere: gestão compartilhada, compromissada, dividida, em que todos têm sua importância e seu papel no processo que se quer participativo e de respeito às diferenças.

B.5 Apoiar Material Didático. Viabilizar a publicação de **material didático** produzido pelos indígenas é outro anseio. Eles vêm demandando apoio neste aspecto, haja vista que possuem materiais que desejam produzir, ou que confeccionaram, mas não tiveram qualquer apoio para impressão ou divulgação. Este é um tópico interessante e positivo, pois tais materiais são utilizados, tanto pelos indígenas, como pela população do entorno, nos trabalhos educativos, de forma mais ampla, ou de educação ambiental, de valorização e discussão sobre as diferentes culturas. Neste aspecto, há interesse também de algumas aldeias em produzirem CD, o que, além de divulgar a cultura indígena, viria a contribuir com a renda local.

C) Lições Aprendidas de Microbacias 2 sobre Participação dos povos Indígenas

Durante os trabalhos do projeto Microbacias 2 ao longo de 7 anos (2002 até 2009) foi mantido um diálogo contínuo com os indígenas visando avaliar as ações em andamento (ver Estratégia Para as Populações Indígenas, Florianópolis, janeiro de 2002), bem como coletar informações, percepções e sugestões para readequar o processo em curso. Para a avaliação final da estratégia indígenas de Microbacias 2 foi feita uma avaliação visando o desempenho do Microbacias 2 (passado) e perspectivas para ações futuras que venham a ocorrer junto a estas populações. Desta forma, cinco foram as questões levantadas: 1) O que o Projeto Microbacias 2 trouxe de bom e de positivo para as famílias de sua terra indígena? 2) Quais os principais problemas sentidos para a execução do Projeto Microbacias 2 na sua terra indígena? 3) Qual a avaliação que a terra indígena, faz sobre: a) o trabalho do facilitador; b) o apoio da Epagri, e c) o apoio dos demais parceiros; 4) Se o projeto Microbacias 2 começasse hoje, o que deveria ser feito diferente? Como a terra indígena considera que deveria ser encaminhado o Projeto junto aos povos indígenas? 5) Qual deve ser a responsabilidade da terra indígena na execução de um novo projeto? Os resultados das avaliações estão resumindo como lições aprendidas a seguir.

C.1 Subprojetos Indígenas e o Fundo de Inversões Rurais: Em geral, a possibilidade que o Microbacias 2 viabilizou aos povos indígenas ter acesso a recursos do fundo de inversões para atender algumas demandas indígenas por meio de subprojetos foi avaliado como altamente positivo. A questão renda é um tema central, tanto no que diz respeito à segurança alimentar, com alimentação de subsistência “para todos”, conforme

priorizado nos planos das terras indígenas, quanto no que se refere à produção de matéria-prima e formas de comercialização de produtos, como mel e artesanato, entre outros, e meios de legalizar seus empreendimentos. Foi observado que quando se trabalha com povos indígenas é importante simplificar a burocracia, os procedimentos e a forma dos povos acessarem recursos e ações do projeto.

C.2 Capacitação. As comunidades indígenas avaliaram que foi positivo o acesso que tiveram a diferentes informações, seja em nível pessoal ou em relação às atividades que realizam nas terras indígenas, bem como a questões sobre as quais nunca tinham ouvido falar. A partir das ponderações que fizeram, se indica que seria importante a dar continuidade aos processos de capacitação e formação em duas frentes: a) para os indígenas, tanto no que venha a contribuir com a melhoria da qualidade de vida interna das aldeias, com cursos nas áreas de alimentação, produtos de limpeza, manejo de florestas, entre outros, quanto ao que se volta para a orientação dos trâmites exigidos atualmente em relação à sociedade envolvente. Viabilizar também oportunidades de conhecer outras experiências, promovendo excursões, cursos, reuniões, entre outras possibilidades; b) para os técnicos, com o objetivo de dar continuidade ao processo iniciado no Microbacias 2 visando fornecer-lhes subsídios para melhor atuar com estas populações que tem cosmovisões, ritmos e objetivos diferenciados.

C.3 Educação Ambiental. A possibilidade de recuperar e preservar o ambiente, aliado à produção de alimentos é avaliado como extremamente positivo pelos indígenas. Assim, este é um trabalho que deverá ter continuidade via ações de educação ambiental nas escolas, bem como práticas nas aldeias como reposição da mata ciliar, recuperação de áreas degradadas e preservação das existentes, entre outras muitas possibilidades. Alie-se a estas, o incentivo à valorização cultural e das especificidades destas populações por meio de eventos e encontros entre as aldeias e, especificamente entre seus anciões, e da criação, publicação e distribuição de material produzido pelos povos indígenas.

C.4 Pesquisa. Os indígenas apontam muitas demandas para os profissionais da área agrônômica, pois entendem que estes têm condições de contribuir com os mesmos na busca de solução para seus problemas, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos visando o que denominam de auto-sustentação interna. Por outro lado, pesquisas de cunho sócio-antropológico são interessantes e necessárias com o intuito de contribuir com o processo de capacitação dos técnicos como também para orientar as ações dos projetos em campo. Em relação a pesquisas ligadas a questões ambientais, é essencial que se pense sobre questões ligadas à erosão, qualidade e disponibilidade da água, reposição da mata ciliar, entre outros tópicos, hoje demandados pelos indígenas.

6. Participação dos Indígenas no Projeto Microbacias 3

A Proposta de Etnodesenvolvimeto para Populações Indígenas do Microbacias 3 foi desenvolvida com o objetivo específico de promoção efetiva da participação destas populações no Projeto. Essa proposta identifica o modo como o Projeto pode responder a

algumas preocupações das populações indígenas catarinenses e foi elaborada a partir das consultas feitas aos representantes e lideranças indígenas de Santa Catarina.

Quanto ao atendimento, as populações indígenas serão atendidas por facilitadores selecionados segundo as normas do Projeto com a participação das comunidades a serem atendidas, garantindo o perfil adequado indicado por estas populações. Esses facilitadores serão qualificados para lidar com as especificidades das populações indígenas e utilizarão métodos participativos de trabalho em todas as fases de implementação do Projeto.

O Componente “Inversões Rurais” prevê ações em, meio ambiente, melhoria de renda em que os indígenas poderão demandar, por exemplo, melhoria na produção de alimento para consumo interno e para venda, matéria prima para seus artesanatos, pequenos empreendimentos ligados à produção de mel, artesanatos entre outros, que seguirão as mesmas regras do Fundo de Investimentos Sustentáveis. O Componente “Gestão Ambiental”, por sua vez, abrange ações voltadas para a formação de corredores ecológicos e gestão integrada de bacias hidrográficas, coordenado pela SDM/FATMA. Finalmente, o Componente “Administração, Monitoramento e Avaliação do Projeto”, prevê a administração do Projeto, monitoramento, avaliação e gestão participativa e tem como premissa a participação dos indígenas nas ações propostas, monitoramento das diferentes etapas e avaliação da execução das ações, verificando como estão sendo aplicados os recursos, se dentro do previsto e quais os encaminhamentos necessários.

As populações indígenas serão beneficiadas pelo Projeto, que considera suas terras como territórios sócio-culturais reconhecidos como Terras Indígenas, na medida em que as suas áreas estiverem sem conflitos fundiários visando garantir a segurança de indígenas, agricultores, técnicos e instituições envolvidas no trabalho.

O Projeto preconiza a continuidade das ações iniciadas com o Microbacias 2 baseadas em um processo de participação interativa dos diversos atores sociais envolvidos nos processos de planejamento, gestão, execução, monitoramento e avaliação das ações por meio dos fóruns pertinentes aos diferentes níveis de decisão. Pressupõe uma relação de respeito às diferenças culturais considerando que existem distintas cosmovisões que, por sua vez, implicam em significações para a vida, o meio ambiente, os recursos financeiros atribuindo peculiaridades no cotidiano indígena distintas do cotidiano não indígena.

Cada comunidade indígena tem sua própria forma de organização devendo, desta forma, o Projeto seguir seus princípios básicos. Porém, priorizar as organizações locais já existentes, respeitando as estruturas políticas indígenas, sua representatividade, legalização das entidades e outras dimensões que ocorrerão com o decorrer do processo, minimizando assim o número de intermediários entre estas populações e as fontes dos recursos a serem investidos.

Há que se considerar também a diversidade entre cada grupo indígena. E, dentro destes, entre as aldeias mesmo que, em princípio, façam parte de um povo, o que implica em diferentes mecanismos, metodologias e formas de trabalho, os quais deverão ser discutidos com eles. Desta forma, o que se descreve neste documento são princípios básicos que irão

guiar a implementação do Projeto com respeito às populações indígenas, porém tendo o diálogo como pressuposto central no desenrolar das ações.

6.1 Ação Integrada das diferentes Linhas do Programa SC Rural/Microbacias

3

Na descrição das linhas de ação que serão desenvolvidas pelo novo programa, algumas contemplam as demandas das populações indígenas e que foram demandadas nas consultas realizadas. As ações em ATER, Educação Ambiental, Capacitação, apoio a Material Didático, Pesquisa e Inovações serão desenvolvidas pelos extensionistas que atuam nas terras indígenas, e estão descritas em cada uma dessas linhas de ação, que serão desenvolvidas de forma integrada e respeitando as especificidades de cada etnia. Assim, as populações indígenas terão possibilidades de desenvolver ações em educação ambiental nas aldeias e nas escolas, desenvolver materiais didáticos próprios, participar de eventos de capacitação em gestão ambiental, processos produtivos nas diversas áreas como horticultura, produção de mel, pequenos animais, pomares, grãos, artesanato, participar de processos como feiras de venda de produtos. Na linha de pesquisa e inovações terão acesso a implantação de unidades de observação em produção de alimentos, artesanatos e estudos participativos nas áreas sociais e antropológicas. Nas atividades preconizadas pela ATER as famílias indígenas fazem parte do público e, portanto, estão incluídas nas diversas ações.

6.2 Acesso dos Indígenas ao Fundo de Investimentos Sustentáveis

Cada Terra Indígena (TI) trabalhada terá um Plano de Desenvolvimento que incluirá todas as demandas das famílias pertencentes a esta (TI). Este plano estabelecerá as prioridades nas diferentes áreas: ambiental, social, e econômica. Estas prioridades serão organizadas em projetos coletivos, que seguirão as normas estabelecidas pelo fundo, garantindo o respeito às especificidades da cultura e de necessidades específicas de cada Povo, buscando a sustentabilidade das ações propostas.

Nível da Microbacia

O público-meta (agricultores familiares periféricos e em transição 1 e 2 e as populações indígenas) e demais beneficiários do Projeto, organizados em Associações, elaborarão seus planos com apoio dos técnicos. Este Plano de Desenvolvimento resulta da discussão sobre problemas e potencialidades a partir de um diagnóstico consensual e da priorização das ações, considerando as dimensões social, ambiental e econômica. Com base nas diretrizes ali estabelecidas, serão elaboradas as propostas grupais e comunitárias que, intensamente discutidas, deverão ser aprovadas pela Associação de Desenvolvimento da Terra Indígena.

A metodologia utilizada prevê a oralidade como ponto forte, respeitando este princípio central para as populações indígenas. O Cacique, como autoridade política da aldeia, é o coordenador dos trabalhos, ou indicará alguém para sê-lo. Sempre que necessário caberá aos técnicos anotarem as questões levantadas com o intuito de compor uma memória das

reuniões bem como resultar no Plano daquela aldeia. Isso para garantir aos participantes exporem todas as idéias, questões, dúvidas, coordenados pelo seu Cacique, sendo que o técnico é um apoio de esclarecimento de dúvidas ou questões. Ou seja, eles são os atores centrais, os protagonistas, nós, os coadjuvantes.

As terras indígenas terão seus planos elaborados separadamente visando salvaguardar suas peculiaridades e demandas inerentes a cada terra. Assim, o plano individualizado por “Terra” dará os indicativos de como se desenvolverão as ações naquela aldeia ou terra especificamente, respeitando sua autonomia e identidade.

Como já dito, o processo sempre deverá: i) respeitar a estrutura organizacional já existente, ii) adequar as metodologias de trabalho participativas às particularidades de cada aldeia ou povo, iii) disponibilizar facilitadores capacitados para trabalhar com as populações indígenas e iv) se guiar por um Plano de Desenvolvimento específico para cada comunidade indígena a ser trabalhada.

A Associação de Desenvolvimento da Terra Indígena é co-responsável na gestão, execução, no monitoramento, na avaliação e na fiscalização das ações implementadas e pelo gerenciamento dos recursos necessários para contratação do serviço de assistência. Para tanto, o Projeto realizará um programa amplo e contínuo de capacitação dos membros dessa Associação para que assumam a gestão do seu Plano, sendo a metodologia adaptada às particularidades de cada povo ou aldeia.

Quanto aos recursos do Projeto deverão ser repassados às associações indígenas os referentes ao pagamento da assistência técnica. Os destinados ao pagamento de propostas, serão feitos diretamente ao fornecedor, salvo questões específicas, respeitando as sugestões dos indígenas feitas durante o Microbacias 2. Será facilitado o acesso dos beneficiários em aspectos que podem ser financiados pelo mesmo como também orientar quando houver casos de financiamento em outras instituições como programas e fundos municipais, Pronaf, programas federais, organizações não governamentais, cooperativas, agroindústrias e outros.

Outros Níveis de Participação

Em relação às populações indígenas tem que se considerar que existem duas situações distintas possíveis: a) estão inseridas em um espaço geográfico definido, ou b) estão em um espaço disperso, como é o caso do povo Guarani, que se encontra em pequenas aldeias no decorrer do litoral catarinense, o que vem mais uma vez reafirmar a necessidade de flexibilização na metodologia de trabalho proposta.

Dadas às características que conferem grande flexibilidade à implementação do Projeto, questões particulares e/ou não previstas poderão ser adaptadas durante a sua execução, em função das características sociocultural e organizacional de cada povo.

7. Princípios Metodológicos

A flexibilidade é preconizada como uma característica fundamental neste Projeto, sendo que não se pode, de antemão, determinar passos, momentos, técnicas, sem a construção e a participação interativa dos atores sociais envolvidos nos diferentes e inúmeros momentos de desenvolvimento das ações propostas. Muito será acrescentado, modificado e construído no decorrer do trabalho em conjunto com os indígenas e com as instituições que historicamente vem trabalhando com estas populações.

Porém, como princípios metodológicos, em todo o processo estão considerados: a percepção local/interinstitucional, o resgate da memória local, a mobilização comunitária através das organizações tradicionais existentes para a discussão de objetivos comuns, pensar globalmente e agir localmente considerando-se a diversidade cultural, definição de um referencial teórico que permita melhor compreender as especificidades de cada povo indígena e, mesmo dentro de cada povo, de cada aldeia que lhe compõe.

Alie-se a estes, primar pela memória do trabalho em que, desde o início, os técnicos deverão estar atentos ao registro escrito dos inúmeros passos e momentos que serão vivenciados, considerando que, se a experiência não for escrita, futuramente não será lembrada e contada, muito menos servirá de subsídios, avaliações ou novas propostas. Outra questão é a memória visual em que, dada a autorização dos povos indígenas, é interessante criar um banco de imagens do trabalho sempre resguardando a cada aldeia, cópias das imagens. Assim, tanto o Projeto quanto os indígenas terão bancos de imagens que poderão servir para cada qual, desde que resguardada a privacidade e direito de imagem destes povos.

8. Monitoramento e Avaliação

O Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena e as propostas que o compõem serão monitorados e avaliados através de um processo participativo que abranja os beneficiários e técnicos envolvidos no processo. Haverá acompanhamento da utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários à obtenção dos resultados esperados. Para tanto, as pessoas ou organizações responsáveis pela execução de qualquer ação no Projeto serão capacitadas nas áreas envolvidas no processo de monitoramento.

Através de monitoramento contínuo o Facilitador, assessorado pelo Animador Municipal, deverá produzir um relatório de avaliação trimestral da implementação do Projeto nas comunidades indígenas, os quais serão encaminhados à Secretaria Executiva Estadual para análise e compilação pelo profissional específico para as questões indígenas.

No terceiro ano do Projeto deve ocorrer uma Avaliação de Meio Termo, a partir de uma avaliação independente (perito) das ações com as populações indígenas.

O monitoramento e a avaliação, nos diversos níveis do Projeto, prevêem os seguintes aspectos:

- Desempenho do Projeto: avaliação das estruturas e processos criados, verificando se são adequados e suficientes para atingir as metas e os prazos planejados pelas comunidades indígenas, apresentando sugestões de mudanças e adaptações para maior eficiência das ações. Com base nos relatórios dos animadores e das instâncias administrativas do Projeto será avaliada a efetividade das ações propostas e implementadas.
- Financeiro: acompanhamento da movimentação dos recursos do Projeto, de sua disponibilidade e utilização, respeitadas as suas normas, e de outras fontes de recursos que venham a ser utilizadas em contrapartida do Fundo de Inversões (Pronaf, Bancos e outros).
- Participação dos beneficiários: monitoramento contínuo da participação dos indígenas, propondo alterações sempre que necessário.
- Atuação dos técnicos das instituições executoras: verificando a atuação destes junto às comunidades indígenas e sua capacidade de ação interinstitucional através de relatórios periódicos.

Cabe lembrar, a avaliação e o monitoramento do projeto no que se refere ao trabalho com as populações indígenas deve levar em conta as suas especificidades, principalmente no que se refere à dificuldade, em geral, de administrar recursos financeiros, projetos técnicos e empreendimentos de geração de renda relacionados com o mercado. Para tanto, ênfase deverá ser dada à capacitação no que diz respeito a estes tópicos visando contribuir para o que se denomina co-gestão e, por conseguinte, atualização prática e teoria dos indígenas para melhor se relacionar e conviver com a sociedade envolvente.

9. Considerações Finais

A experiência que vivenciamos no percurso 2002/2009 mostrou que o diálogo, o respeito e a vivência em campo são essenciais para se buscar consensos entre as populações atendidas e os técnicos envolvidos. Porém, isso não é garantia de sucesso. Os erros são inevitáveis, os acertos são resultados das buscas e das próprias vivências errôneas. Autogestão e co-gestão são exercícios que estão postos para serem melhorados, com cada ator social envolvido comprometendo-se com o que lhe cabe.

As parcerias precisam avançar a partir do que está posto no papel e do que é discutido nas reuniões, pois embora as agendas sejam distintas, os recursos existem. Falta conciliá-los. É essencial integrar estas agendas e cada instituição exercitar a não paternidade dos projetos considerando-se que o objetivo central deve ser o benefício das populações indígenas do Estado.

Uma das demandas centrais dos povos indígenas é a produção de alimentos e a busca pelo que denominam de *auto-sustentação*. Desta forma, eles esperam que os profissionais da área agrônômica contribuam com alternativas para produzirem alimento nas terras das quais atualmente dispõem. Há muito ainda a ser feito. As áreas que poderão servir para produção de alimentos são muito pequenas e as demandas destas populações são grandes. Não se trata de ensinar-lhes a cuidar da Terra. As lições sobre formas de solidariedade e cuidados com a Terra, eles é quem tem a nos dar. Veja-se como exemplo catarinense a destruição da Mata Atlântica feita por mãos não indígenas. Trata-se sim de

buscar saídas para produzir alimentos “nestas terras tão secas”, nestes solos que necessitam de cuidados para sua conservação e melhoria da fertilidade.

É preciso agregar ao trabalho dos técnicos da área agrônômica o diferencial do trabalho da área social, haja vista que é necessário muito mais do que descobrir como plantar “nestas terras secas”. É preciso incluir ações que instiguem a auto-estima destas populações, que discutam formas alternativas de produção alimentar, de viabilização de materiais próprios de cada aldeia, de disponibilidade de água. Enfim, que considere as peculiaridades de cada qual. Dispõem desta formação as áreas sócio-culturais. Portanto, a formação de equipes interdisciplinares é essencial. Aqui entra, além do trabalho das extensionistas sociais, a inclusão de antropólogos indigenistas que tenham vivência de campo, mesmo que em forma de consultorias de curto prazo.

Finalmente, há que se ter claro que é premissa básica, no trabalho com estas populações, ter paciência, pois a pressa tira-nos a capacidade de perceber o que eles estão dizendo, indicando, falando. Unir diferentes temporalidades é um desafio, mas não podemos perder o foco do exercício que foi feito até o momento: são eles que definiram suas prioridades. Eles foram ouvidos. Segundo alguns, “pela primeira vez vieram nos perguntar o que queremos e não trazer algo pronto”. Isso fez o que deu certo, dar certo no Projeto Microbacias 2. Na visão do técnico parecia tão pouco, na deles, era exatamente o que queriam. Este é um pressuposto a ser continuado com o Microbacias 3.

10. Referências Bibliográficas

COMISSÃO DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS. **Sugestões para a definição de prioridades nas políticas públicas para os povos indígenas de Santa Catarina, a serem consideradas pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas.** Florianópolis, 2000.

DARELLA, Maria Dorothea Post. **Sementes verdadeiras: a agricultura na cosmovisão guarani.** Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Ricardo Cid; ALMEIDA, Ledson Kurts de. **Diagnóstico antropológico: componente indígena no contexto da UHE Foz de Chapecó.** Florianópolis, 2001. 36p.

FERNANDEZ, Ricardo Cid. **Territorialidade e Sociabilidade Kaingang**. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

GERBER, Rose Mary e BUOGO, Geraldo. **Anexo 15: Estratégia para Populações Indígenas**, Microbacias 2, 2002.

LITAIFF, Aldo; KARAI, Augusto. **"Sem Tekoa não há Teko", "sem terra não há cultura"**: estudo e desenvolvimento auto-sustentável de comunidades indígenas mbya-guarani do litoral do Estado de Santa Catarina. Florianópolis : UFSC, 2000. 15p.

MARINI, Antônio I.; BRIGHENTI, Clóvis A.; SILVA, Irani Cunha da; et al. **Plano de acesso das comunidades indígenas de Santa Catarina ao projeto microbacias 2**. (Proposta preliminar). FNI, CIM, UFSC, FURB.

ROCHA, Cinthia Creatini da. **Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina**. Florianópolis: Microbacias 2, 2008.

SANTA CATARINA. Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e estabelecer outras providências. **Diário Oficial de Santa Catarina**, Governo do Estado, Florianópolis, 16 dez. 1999. v. 66, n.16.313, p.2-3, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Autonomia e Etnodesenvolvimento**. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. **Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPIN/SC**. (Proposta da secretaria para o regimento interno)

WIIK, Flavio Braune. Texto sobre esta etnia e disponível em: www.socioambiental.org/epi/xokleng.

_____. **Organização Social e Cultura Xokleng**. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

10. Tabela

Tabela 1 - Terras Indígenas em Santa Catarina – atualizada em maio de 2009.

TERRA INDÍGENA	GRUPO	SITUAÇÃO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	ÁREA EM HECTARES	POPULAÇÃO
Aldeia Amâncio	Guarani M'bya	Não identificada	Biguaçu	a definir	22
Aldeia Cambirela	Guarani Nāndeva	Não identificada	Palhoça	a definir	8
Aldeia Itanhãe / Morro da Palha	Guarani M'bya	Regularizada	Biguaçu	216	100
Aldeia Kury'i	Guarani M'bya	Regularizada	Biguaçu	500	60
Aldeia Maciambu	Guarani M'bya	Não identificada	Palhoça	04	37
Aldeia Reta	Guarani M'bya	Não identificada	São Francisco do Sul	a definir	37
Aldeia Tava'i/Rio da Dona	Guarani M'bya	Regularizada	Canelinha	195	14
Aldeia Feliz	Guarani M'bya	Regularizada	Major Gercino	140	60
Aldeia Yia-Kan - Porã-Garuva	Guarani M'bya	Não identificada	Garuva	a definir	63
Cachoeira dos Inácios - Tekoá Marangatu	Guarani M'bya	Registrada	Imaruí	80	117
M'Biguaçu/Yyn Moroti Whera	Guarani M'bya e Nāndeva	Registrada	Biguaçu	59	134
Morro Alto	Guarani M'bya	Delimitada	São Francisco do Sul	893	93
Morro dos Cavalos	Guarani M'bya	Portaria Declaratória M.J.	Palhoça	1.988	113
Pindoty/Gleba Conquista	Guarani M'bya	Delimitada	Barra do Sul	1.016	36
Pindoty/Gleba Pindoty	Guarani M'bya	Delimitada	Araquari	2.278	99
Piraf	Guarani M'bya	Delimitada	Araquari	3.017	64
Tarumã	Guarani M'bya	Delimitada	Araquari	2.172	16
Rio dos Pardos	Xokleng	Regularizada	Porto União	758	24
La Klanõ/Ibirama	Xokleng	Parte em demarcação	Dr. Pedrinho, Itaópolis, José Boiteux e Vitor Meireles	37.108	1.557
Toldo Pinhal	Kaingang	Homologada	Seara	880,07	139
Aldeia Condá	Kaingang	Identificada	Chapecó	2.300,23	420
Chimbandue I *	Kaingang	Homologada	Chapecó	988,66	78
Chimbandue II *	Kaingang	Homologada	Chapecó	975,00	377
T.I. Xapecó	Kaingang	Homologada	Entre Rios e Ipuçu	15.633,95	4.828
Araçai **	Guarani	Identificada	Cunha Porã e Saudades	2.728,63	120
Toldo Imbu	Kaingang	Identificada	Abelardo Luz	1.965	135
Palmas ***	Kaingang	Demarcada	Abelardo Luz	1.900	60
Total				77.655,54	8.751

Fonte: Funai

* As Terras Indígenas Chimbandue I e Chimbandue II são contíguas

** As famílias que compõem a comunidade de Araçai residem na Terra Indígena Chimbandue

*** A Terra Indígena Palmas possui área total de 3.770 hectares, sendo que parte fica no Estado de Santa Catarina e parte no Estado do Paraná.